

ATA N.º 60: Assembleia Geral - Parte I

5 de setembro de 2023

 [Hemiciclo do Conselho Regional de La Réunion](#)

1. Introdução. Natureza da reunião

A Assembleia Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se, em formato híbrido, no Hemiciclo do Conselho Regional de *La Réunion*, às nove horas e vinte minutos, do dia (5) cinco de setembro de (2023) dois mil e vinte e três.

2. Sessão de boas-vindas do Presidente da Assembleia Geral

O Sr. François Herman (*Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe* e Presidente da Assembleia Geral) cumprimentou todos os presentes e informou que esta reunião era uma oportunidade para fortalecer a ligação do Conselho Consultivo com a Comissão Europeia (CE) e os respetivos Estados Membros. Estas reuniões eram fundamentais para ajudar a estabelecer políticas de pesca mais eficazes e dar a conhecer as necessidades e as preocupações das regiões ultraperiféricas (RUPs). Comentou que a Comissão Europeia era uma oportunidade para as RUPs, mas as RUPs também era uma oportunidade para a Comissão Europeia. Nas RUPs, era necessário desenvolver uma economia mais circular e um setor da pesca e da aquicultura mais sustentável e resiliente. Apesar de cada RUP ter as suas especificidades, existiam problemas comuns como a insularidade e a dependência de mercados externos. Informou que, devido a obrigações profissionais, não podia participar presencialmente. A reunião estava a ser gravada para efeitos de ata. Agradeceu a presença de todos, nomeadamente, à Comissão Europeia e aos Estados Membros, por estarem a participar presencialmente, ao Secretariado do CCRUP pela organização das reuniões e ainda o apoio do Conselho Regional de *La Reunion*.

4. Discurso de abertura da Diretora Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia – Sra. Charlina Vitcheva;

A Sra. Charlina Vitcheva (Diretora Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia) agradeceu a presença de todos. Informou que teve o privilégio de participar presencialmente na primeira Assembleia Geral presencial do CCRUP e que, era uma honra estar presente novamente. As RUPs eram uma oportunidade para a Comissão Europeia por terem um vasto território marítimo, com grande potencial para o desenvolvimento da economia azul. Comentou que durante as visitas da segunda parte da Assembleia Geral, poderiam discutir os problemas específicos das RUPs e possíveis soluções

para os mesmos. A CE tinha especial atenção às RUPs e preocupava-se com a igualdade de oportunidades, para garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Desde a Assembleia Geral do CCRUP, nos Açores, um dos grandes marcos da Comissão Europeia foi o lançamento do [pacote de medidas sobre as Pescas e o Oceano](#), em fevereiro de 2023. Uma das primeiras apresentações do pacote de medidas sobre as Pescas e o Oceano foi na reunião entre Conselhos Consultivos (CCs), em março de 2023, o que mostrou a importância que a Comissão Europeia atribuiu aos CCs. A guerra entre a Ucrânia e a Rússia mostrou a elevada vulnerabilidade e dependência energética da UE pelos combustíveis fósseis. O principal objetivo deste pacote de medidas era garantir um setor das pescas: moderno, sustentável e rentável, para atrair as futuras gerações.

Agradeceu a recomendação do CCRUP sobre as possibilidades de pesca, pois era um tema importante.

O plano de ação marinho da CE era um documento importante para a redução das pressões exercidas sobre o mar, nomeadamente as alterações climáticas, a pesca ilegal e a poluição. As medidas do plano de ação marinho foram implementadas com base em vários debates, pois haverá sempre uma abordagem regional. Este pacote de medidas seria utilizado para futuros debates, para estabelecer medidas nacionais, regionais e locais, com base nos objetivos de sustentabilidade.

Agradeceu também, o envio da recomendação do CCRUP sobre os estudos dos Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (VMEs). Esta foi uma das medidas que foi tomada devido à iniciativa das RUPs e pode ser importante, não só em termos do regulamento de acesso às águas profundas, como no âmbito do plano de ação marinho. As partes interessadas seriam previamente consultadas e tidas em consideração nos futuros debates, nomeadamente, sobre o plano de ação marinho. A Estratégia para a Biodiversidade de 2030, tal como os Estados Membros concordaram, seria uma prioridade para a CE. No próximo mês de outubro, haveria uma reunião com os Estados Membros, onde iriam participar as autoridades nacionais do ambiente, das pescas e do mar, para discutir o plano de ação marinho. Alguns CCs questionaram o facto de não estarem presentes nestas reuniões, contudo, a Comissão Europeia pretendia que as reuniões fossem realizadas diretamente com as autoridades dos Estados Membros. No entanto, seria permitida a participação de observadores. A CE pretendia garantir que, através das recomendações dos CCs, as medidas fossem adaptáveis e equilibradas. Assim, a CE pretendia melhorar a implementação das suas medidas.

O plano de ação marinho tinha como objetivo acelerar a transição energética, para as práticas de pesca serem mais sustentáveis e as artes de pesca serem mais seletivas. A CE pretendia investir os seus fundos na transição energética e em métodos de pesca inovadores, para obter mais rentabilidade e sustentabilidade. Relembrou que, na [comunicação da Comissão Europeia sobre a transição energética](#),

foi publicado um compêndio com o número de atividades existentes associadas à transição energética. O compêndio era importante para comprovar que medidas como o uso de combustíveis alternativos ou o uso de motores e equipamento menos pesados, que pudessem contribuir para uma maior eficiência energética. Esperava que as RUPs conseguissem reconhecer o esforço da CE. Relembrou o evento designado por «*Unir forças para a transição energética nas pescas e na aquicultura da EU*», que decorreu em junho de 2023.

Relembrou o facto das RUPs serem os únicos territórios da União Europeia, onde os Estados Membros tinham autorização para apoiar a renovação da frota.

As diretrizes para o regulamento dos *minimis* seriam lançadas no final desse ano, ou no início do seguinte.

Desde 2018, era possível alocar ajudas do Estado Membro, para a renovação da frota das RUPs. Contudo, era necessário comprovar que a renovação da frota não prejudicava os objetivos de sustentabilidade. A CE precisava urgentemente de dados e apelou às organizações presentes na reunião, que apostassem na recolha de dados. A renovação da frota era possível, mas era preciso comprovar que a frota estava em equilíbrio. Os fundos europeus (FEAMPA) deveriam ser utilizados para a recolha de dados, ao invés de serem devolvidos. Informou que a comitiva da CE iria visitar as instalações do IFREMER, na Ilha da Reunião. Lembrou que em março de 2023, as diretrizes sobre as ajudas estatais foram revistas e houve várias alterações. Os Estados Membros já podiam aplicar os fundos estatais em equipamentos para a segurança dos pescadores, por exemplo.

A aquicultura e a economia azul eram, cada vez mais, temas de interesse para as RUPs. Os projetos de aquicultura podiam ser apoiados pelos fundos europeus. Os apoios provenientes do Fundo Europeu para Assuntos Marítimos, para a Pesca e Aquicultura (FEAMPA) para a aquicultura, poderiam não ser suficientes e, por isso, era igualmente importante recorrer aos apoios do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER). Neste momento a CE estava a elaborar vários documentos sobre a mitigação dos problemas afetos à aquicultura. Uma das grandes oportunidades de desenvolvimento económico para as RUPs era investir numa boa estratégia de economia azul e num bom planeamento do espaço marítimo.

As negociações da União Europeia nas reuniões da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT) e da Comissão de Atum do Oceano Índico (IOTC) eram um dos grandes desafios para as pescas das RUPs e como tal, era importante as partes interessadas contribuírem com o máximo de conhecimentos possível.

Informou que estava disponível para esclarecer questões.

5. Discurso da Presidente do Conselho Regional da Reunião– Sra. Huguette BELLO;

A Sra. Huguette Bello (Presidente do Conselho Regional da Ilha de Reunião) cumprimentou todos os presentes e informou que era uma honra receber as reuniões do CCRUP no hemicírculo do Conselho Regional da Ilha de Reunião. Considerava, que esta reunião era uma grande oportunidade para reunir os representantes regionais, nacionais e europeus, bem como as partes interessadas do setor da pesca e aquicultura das RUPs. O trabalho do CCRUP era muito importante. Agradeceu o apoio do Parlamento Europeu na defesa dos interesses das RUPs. Referiu que Portugal era um país preocupado com a economia azul e com a proteção e defesa do mar e dos seus recursos marinhos. Espanha era um país comprometido com a descarbonização do setor da pesca e a segurança alimentar. França era a maior potência marítima da Europa e a segunda mundialmente. Comentou que as medidas aplicadas pela Europa continental, deveriam ser adaptadas às realidades das RUPs. Apesar das RUPs partilharem diversos problemas, as suas realidades eram diferentes e continuavam desconhecidas pela Europa Continental. Estes tipos de reuniões eram fundamentais para aumentar o conhecimento sobre as RUPs e contribuir para que as futuras decisões fossem melhor adaptadas às realidades locais. As RUPs serviam como laboratórios, contudo deveriam prosperar ao serviço de toda a comunidade. Graças às RUPs, a CE disponha de uma vasta área marinha (cerca de 11 milhões de m²) e uma grande reserva de recursos marinhos, em várias bacias oceânicas (Índico, Caraíbas e Atlântico). As RUPs eram uma grande oportunidade para a CE, mas isso implicava responsabilidades, inclusive, dar especial atenção às comunidades locais e aos desafios do setor da pesca e aquicultura. Deveria haver uma abordagem regional. Era uma banalidade referir que os recursos marinhos deveriam ser geridos de forma sustentável, se não houvesse as devidas políticas de controlo marítimo. A população local deveria ter o devido acesso aos recursos locais. A recolha de dados era importante. Defendeu que o pescado das RUPs não deveria continuar a ser capturado e exportado para fora das regiões de origem. As RUPs deveriam ser tratadas de forma justa e adequada. A Política Comum das Pescas devia ser justa e aplicável de igual forma a todos os pescadores europeus, pois devia ter em conta as particularidades das RUPs. Comentou que as bacias oceânicas das RUPs eram alvos de múltiplos acordos marítimos realizados pela CE, com os países vizinhos, o que condicionava o acesso da frota local aos recursos. Todavia, primeiro deveriam ser tidas em conta as comunidades locais e europeias. As RUPs estavam longe da Europa Continental, mas tinham que estar presentes nos acordos realizados pela CE com outras regiões do mundo. As políticas públicas deveriam ser coerentes e justas, tendo em conta as particularidades das RUPs. Era fundamental a redução da dependência alimentar das comunidades piscatórias locais. O planeta era composto, maioritariamente, por mar e era necessário garantir que as populações locais tinham acesso a pescado. Até 2027, a CE não

apoiava o financiamento público dos dispositivos ancorados de agregação de pescado (FADs ancorados), contudo permitia que as embarcações industriais usassem dispositivos de agregação de pescado derivantes (dFADs). Considerou haver desigualdades entre os pescadores da Europa continental e os pescadores das RUPs.

Informou que em maio de 2022, enviou uma carta ao Comissário Europeu para o Meio Ambiente, Oceanos e Pescas, sobre a necessidade de ter haver mais comunicação e adaptação das medidas europeias à realidade das RUPs. O setor da pesca da Ilha da Reunião usava artes de pesca seletivas. Na Ilha da Reunião, desde 2007, tomaram várias medidas para preservar o meio ambiente. A frota das RUPs precisava ser renovada. Questionou sobre quanto tempo seria necessário para apoiar a renovação da frota. Era importante garantir o desenvolvimento da pesca artesanal local. O setor da pesca deveria ser atrativo para as futuras gerações. A CE deveria proteger o Oceano Índico, onde muitos países pescavam sem os devidos limites. O [artigo nº 349 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia \(TFUE\)](#) era importante para defender a pesca das RUPs. Não havia dúvidas que a pesca das RUPs era rica em particularidades geográficas e marítimas. Agradeceu ao CCRUP pelas recomendações enviadas e informou que podiam contar com o apoio da Ilha da Reunião. Era fundamental melhorar o setor das pescas e da aquicultura das RUPs.

6. Apresentação sobre «O Papel do Parlamento Europeu na defesa das pescas das Regiões Ultraperiféricas»: Sr. Stéphane Bijoux, em representação do Presidente da Comissão das Pescas, do Parlamento Europeu;

O Sr. Stéphane Bijoux (Membro do Parlamento Europeu) cumprimentou todos os presentes. Informou que o Sr. Pierre Karleskind não podia estar presente na reunião, por motivos de voos. Os eurodeputados, representantes das RUPs, trabalhavam arduamente e em família, para dar a conhecer à CE, as especificidades das RUPs. O Parlamento Europeu defendia os métodos de pesca tradicionais, praticados nas RUPs, que eram um modelo de sustento familiar. Informou que, em todas as RUPs, se notava o descontentamento pelo facto da CE não visitar estas Regiões e, conseqüentemente, terem poucos conhecimentos sobre as suas realidades. A reunião do CCRUP era importante, porque todas as partes interessadas estavam unidas na defesa das RUPs. Na pandemia do COVID-19, e durante a guerra da Rússia e Ucrânia, a CE e o PE adotaram e aprovaram medidas para apoiar o setor das pescas das RUPs. A renovação das frotas era urgente e não era viável um pescador colocar em risco a sua própria vida, devido à falta de segurança da sua embarcação. O setor da pesca deveria ser mais apelativo para as

gerações futuras. O conhecimento empírico era muito importante para a defesa dos interesses das RUPs. Desejou que a reunião fosse frutífera.

7. Apresentação sobre «A defesa das Regiões Ultraperiféricas pelo Comité das Regiões Europeu»: Presidente do Comité das Regiões Europeu – Sr. Vasco Cordeiro;

A pedido do Sr. Vasco Cordeiro (Presidente do Comité das Regiões Europeu) a Secretária Geral agradeceu o convite para estar presente na reunião e leu um texto por ele enviado:

«Caras e caros membros do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas,

É com pena que não posso estar connvosco hoje na linda ilha da Reunião, mas agradeço a oportunidade que me é dada enquanto Presidente do Comité das Regiões da União Europeia de dirigir esta breve mensagem por ocasião da realização da Assembleia Geral do Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas.

Gostaria, por isso, de começar por agradecer a Huguette Bello, presidente da região da Reunião, e a François Herman, presidente da Assembleia Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, pelo vosso convite para poder participar desta reunião. Apesar das fragilidades resultantes da distância e das suas características geográficas, as RUP apresentam um potencial único e vantagens específicas que beneficiam a UE no seu conjunto, particularmente em face dos seus objetivos atuais. desde proporcionarem uma presença europeia em zonas estratégicas do mundo, à biodiversidade excepcional que encerram, aos produtos únicos que geram ou às características excecionais que fazem delas excelentes laboratórios de investigação e inovação em domínios como a energia renovável, o espaço, a biologia marinha, sem esquecer os setores produtivos tradicionais. Por esse motivo, o Comité das Regiões Europeu tem defendido firmemente que sejam alvo de uma atenção adequada, ajustada e específica. As políticas da UE devem ser concebidas tendo em conta as especificidades destas regiões, os seus atributos, mas também o seu potencial para a própria União Europeia.

No domínio do clima e da energia, reclamamos uma abordagem diferenciada para que a legislação da UE – o chamado «pacote Objetivo 55» – tenha em conta a maior vulnerabilidade das RUP devido ao seu afastamento e isolamento em relação ao continente europeu e também que se preste um apoio específico a estas regiões para que possam realizar uma transição energética justa. Em segundo lugar, é fundamental reconhecer melhor a especificidade das regiões ultraperiféricas no âmbito da política de coesão, tendo em vista a futura reforma para o período pós-2027. O Comité das Regiões não está só empenhado em reforçar a essência desta política, baseada na governação a vários níveis e na parceria com os órgãos de poder regional. Procuramos ir mais longe, defendendo que a mesma tenha

um carácter mais territorial, para que todas as regiões em todos os cantos da União Europeia possam recorrer à política de coesão para dar resposta às necessidades locais.

E em terceiro lugar, e em específico no que diz respeito às pescas e à aquicultura, que são um setor económico importante para as regiões ultraperiféricas, é fundamental contribuir para a criação de comunidades costeiras sustentáveis e resilientes, em que o rendimento dos pescadores e do setor vá de par em par com a boa gestão dos recursos e o desenvolvimento sustentável dos nossos mares. As pescas, a aquicultura e o transporte marítimo representam uma parte importante da economia das regiões ultraperiféricas e estas regiões estão bem posicionadas para se tornarem uma referência em matéria de desenvolvimento, respeitando a economia circular e a neutralidade climática, bem como investindo, criando emprego e oferecendo novas oportunidades de desenvolvimento económico às pessoas das zonas costeiras e remotas. Com um apoio mais adaptado por parte da UE e dos governos nacionais, podemos tornar as regiões ultraperiféricas da UE um lugar melhor e mais atrativo para viver, com um foco particular nas gerações mais jovens.

Estes e outros aspetos estão no cerne do próximo parecer do Comité sobre a futura política comum

das pescas, para o qual vos convido a contribuir ativamente. Estou certo que o papel do Conselho Consultivo e os resultados desta vossa Assembleia Geral continuarão a contribuir para que o Comité das Regiões, mas sobretudo as demais Instituições Europeias reforcem o seu foco e atenção em relação às RUP e em particular ao setor das pescas e à gestão dos recursos marinhos nestes territórios.

Agradeço uma vez mais a oportunidade de dirigir esta mensagem aos trabalhos da Assembleia Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas

A todos, votos de um bom trabalho!

Vasco Alves Cordeiro.»

8. Apresentação sobre «O Papel da Agência Europeia de Controlo das Pescas, nas águas das Regiões Ultraperiféricas»: Diretora Executiva da Agência Europeia de Controlo das Pescas – Sra. Susan Steele;

A Sra. Susan Steele (Diretora Executiva da Agência Europeia de Controlo das Pescas - EFCA) cumprimentou todos os presentes. Agradeceu às equipas de inspeção da Ilha da Reunião, pela sua hospitalidade e agradeceu ao CCRUP pela organização das reuniões nas RUPs. A missão da EFCA era promover os elevados padrões de controlo, inspeção e vigilância no âmbito da Política Comum de Pescas (PCP). A EFCA apoiava tecnicamente a Comissão Europeia e os Estados Membros, nos seus deveres relativamente ao controlo das pescas. Os Estados-Membros eram responsáveis pelo controle das

atividades que ocorriam nas suas águas, pelas embarcações que arvoram a sua bandeira. A Comissão Europeia formulava a PCP e verificava a sua aplicação pelos Estados-Membros. A EFCA trabalhava em quatro dimensões: o reforço da coordenação do acompanhamento, controlo e vigilância das pescas; a promoção do cumprimento das normas, através de uma aplicação eficaz e harmonizada dos procedimentos de inspeção da União; a assistência à UE na sua dimensão internacional - em conformidade com o artigo 30º do Regulamento da PCP (no âmbito da dimensão internacional) - e a prestação de apoio operacional às autoridades nacionais, nas funções de guarda costeira. Havia 6 planos de acção conjuntos («*Joint Deployment Plans*») com os Estados Membros. A EFCA ainda não tinha mandato para realizar inspeções nas águas das RUPs francesas (*Saint-Martin, Martinique, Guadeloupe, Guyane Française, La Réunion e Mayotte*). Relembrou que a agência realiza inspeções às pescas de atum rabilho (*Thunnus thynnus*) nos Açores, na Madeira e nas Canárias. A EFCA prestava apoio através de formação de inspetores de Portugal, de Espanha e de França, nas suas atividades operacionais, para melhorar a aplicação do regulamento da UE relativo à pesca ilegal, não-declarada e não-regulamentada (INN) e proporcionava acesso a ferramentas de controle e inspeção, nomeadamente, imagens de satélite. Apoiava a CE na aplicação das medidas de controlo no âmbito do ICCAT. Cooperava com o projeto [ECOFISH](#), que abrange zonas do Oceano Índico (incluindo as zonas das ilhas Mayotte e Reunião), através de formação para obtenção de certificação que visa identificar as capturas INN e a avaliação dos riscos. Explicou que, a maioria das atividades de inspeção na ilha de Maiote, ocorriam durante a noite, pois era quando havia mais infrações. A EFCA estava preparada para aumentar as suas atividades nas regiões ultraperiféricas, assim que tivesse o mandato e os recursos adequados. Para haver um Plano de Aão Conjunta em novas áreas e/ou novas espécies, era necessário que, pelo menos dois Estados-Membros, estivessem interessados e houvesse um mandato. Caso a EFCA trabalhasse nas RUPs, podia apoiar as autoridades dos Estados-Membros (provendo formação e tecnologias de controlo inovadoras), apoiar a CE internacionalmente, inclusive através de projetos específicos de luta contra a pesca INN e através de um regime de controlo internacional para as pescarias do ICCAT e IOTC.

9. Apresentação sobre «Perspetivas, oportunidades e desafios para a pesca e aquicultura das Regiões Ultraperiféricas portuguesas»: Secretária de Estado das Pescas de Portugal – Sra. Teresa Coelho

A Sra. Teresa Coelho (Secretária de Estado das Pescas de Portugal) cumprimentou todos os presentes e agradeceu o trabalho desenvolvido pelo CCRUP. As reuniões do CCRUP eram importantes para compreender os problemas do setor da pesca e da aquicultura. Começou por informar que no dia 31 de dezembro de 2022, Portugal tinha registadas cerca de 7 608 embarcações, das quais 1 109 (cerca de

14%) eram artesanais e afetas às RUPs portuguesas. As descargas nacionais, em 2022, atingiram 165 000 toneladas, onde 12,3% dessas capturas correspondiam às RUPs. Das 14 900 toneladas descarregadas nas RUPs: 10 200 correspondiam aos Açores e 4 700 correspondiam à Madeira. O pescado das RUPs estava valorizado e deu o exemplo, do total das capturas descarregadas nas RUPs representarem 56 milhões de euros. As principais espécies capturadas nos Açores eram os tunídeos, os pequenos pelágicos e as espécies de profundidade, como o goraz (*Pagellus bogaraveo*), o imperador (*Beryx decadactylus*), o alfonsim (*Beryx splendens*) e o boca-negra (*Helicolenus dactylopterus*). As principais espécies capturadas na Madeira eram o peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) e os tunídeos. Informou que o Estado Membro português estava a melhorar a legislação, para simplificar o processo de atribuição de licenças para a aquicultura. Os últimos dados sobre aquicultura eram de 2021 e existiam cerca de 1500 estabelecimentos licenciados para a produção aquícola. Foram produzidas 18 000 toneladas de pescado e um rendimento de 163 milhões de euros, onde cerca de 1700 toneladas e 7,5 milhões de euros correspondiam à produção *off-shore* de dourada (*Sparus aurata*) - a única produção nas RUPs portuguesas (Madeira). A aquicultura era uma atividade complementar à pesca e devia ser desenvolvida. Portugal tinha a meta de atingir 25 000 toneladas de produção aquícola até 2030, contudo, anteciparam essa meta para 2026. O [acordo mútuo de pesca entre a Madeira e Canárias](#), era uma forma de diversificar a atividade de pesca e rentabilizar as oportunidades de pesca das frotas envolvidas. A quota portuguesa de tunídeos era reduzida, nomeadamente a quota de atum patudo (*Thunnus obesus*), o que gerava perda de rendimento, aquando do fecho da quota desta espécie. O fecho da quota tinha um impacto negativo tanto nos rendimentos das comunidades piscatórias regionais, como nos rendimentos das empresas da indústria conserveira. Ao nível do ICCAT, deveria haver uma metodologia de repartição de quotas, que garantisse mais oportunidades de pesca, para as frotas que utilizavam artes de pesca seletivas e dependiam socialmente dos recursos marinhos. Na reunião anual do ICCAT, em 2022, a administração portuguesa apelou a que houvesse uma discriminação positiva para a pesca artesanal das RUPs. Informou que os Açores, têm implementado a sua própria legislação relativamente à pesca, nomeadamente: períodos de defeso e tamanhos mínimos de captura, para otimizar as possibilidades de pesca. As artes de pesca das RUPs eram seletivas e de baixo impacto ambiental. As condições climáticas nas RUPs eram adversas, pelo que era necessário renovar a frota local e, conseqüentemente, melhorar a segurança a bordo. O Estado Membro português estava empenhado em investir na economia azul e na transição energética. O FEAMPA tinha afeto 393 milhões de euros a Portugal, dos quais 102 milhões se destinavam às RUPs portuguesas. Uma das prioridades de investimento nas RUPs portuguesas era contribuir para autonomia, soberania e segurança alimentar, fomentar a pesca sustentável e a conservação dos recursos, melhorar a segurança e condições de trabalho, melhorar a eficiência energética das embarcações e melhorar as

infraestruturas portuárias. As entidades públicas e privadas deviam implementar projetos de economia circular. A boa colaboração de Portugal com a Espanha, a França e a Comissão Europeia era fundamental, para identificar problemas e encontrar as melhores soluções para os setores da pesca e aquicultura.

10. Apresentação sobre «Perspectivas, oportunidades e desafios para a pesca e aquicultura das Canárias»: Secretária-Geral das Pescas de Espanha – Sra. Isabel Artime

A Sra. Isabel Artime (Secretária-Geral das Pescas de Espanha) cumprimentou todos os presentes e agradeceu a todos os pescadores, pela sua dedicação à profissão e por contribuírem para a subsistência alimentar. Considerou que os pescadores eram importantes, para transmitir o seu conhecimento prático sobre o mar e os seus recursos marinhos. Setores como a pesca, dependiam do bom estado de conservação do mar. Referiu que as Canárias tinham vários desafios devido à sua insularidade, como por exemplo, a dificuldade em aceder a mercados externos. Nas Canárias havia 741 embarcações de pesca profissional e 15 portos de pesca. É a terceira região do país, com mais embarcações de pesca registadas. A maioria das embarcações eram afetas a uma pesca artesanal, polivalente e multiespecífica. As embarcações de pequena escala eram cerca de 657. Havia 53 embarcações atuneiras e 19 arrastões congeladores. A pesca de atum era a principal fonte de rendimento para os pescadores locais. A pesca de demersais também era importante. A aquicultura de Robalo (*Dicentrarchus labrax*) e Dourada (*Sparus aurata*) eram das principais produções locais. Um dos principais desafios era garantir a sustentabilidade dos recursos e a sustentabilidade económica e social do setor pesqueiro canário. O acesso às atividades de pesca nas primeiras 100 milhas adjacentes ao arquipélago das Canárias era limitado, para proteger os recursos. O governo tem elaborado um plano de gestão para regular as artes e modalidades de pesca, através de épocas de defeso e medidas de controle, como a geolocalização. A frota local ia experimentar novas pescarias, como a pesca do peixe espada preto (*Aphanopus carbo*). O governo pretendia criar uma quota comum de possibilidades de pesca, com base nas quotas sobranes de determinadas pescarias, para permitir que as embarcações que tivessem esgotado a sua quota individual, tivessem um melhor aproveitamento das quotas atribuídas. Espanha defendia, junto do ICCAT, uma discriminação das pescas artesanais das RUPs. A frota das Canárias estava envelhecida, as embarcações tinham em média cerca de 42 anos, o que dificultava a renovação geracional e colocava em causa a segurança marítima da tripulação. O estado atual da frota prejudicava o alcance dos objetivos do pacto verde europeu e da descarbonização. A pesca

era um dos setores com menos impacto nas emissões de carbono, contudo, era um setor que dependia dos combustíveis fósseis. O FEAMPA não contemplava apoio financeiro suficiente para todas as embarcações, inclusive não contemplava apoio a embarcações maiores de 24 metros. Por outro lado, a transição energética exigia embarcações com maior capacidade de arqueação. Nos últimos anos, Espanha tinha investido mais fundos, europeus e nacionais, para o desenvolvimento das Canárias, o que mostrava o compromisso para com a Região. A formação de pescadores também era muito importante para garantir a renovação geracional. Era importante apoiar o setor da pesca para este ser competitivo, tanto nos mercados locais, como nos internacionais. Terminou afirmando que o CCRUP era importante para alcançar acordos com as partes interessadas e permitir o desenvolvimento das RUPs.

11. Apresentação sobre «Perspectivas, oportunidades e desafios para a pesca e aquicultura das Regiões Ultraperiféricas francesas»: Diretor Geral das Pescas e Aquicultura de França – Sr. Eric Banel;

O Sr. Eric Banel (Diretor Geral das Pescas e Aquicultura de França) agradeceu a organização das reuniões e boa colaboração entre todos (Estados Membros, Comissão Europeia e partes interessadas). Uma das grandes dificuldades das RUPs francesas era a subsistência alimentar e a melhoria dos conhecimentos científicos, através de recolha e tratamento de dados. As RUPs francesas tinham diferentes níveis de desenvolvimento, tendo em conta que aderiram à UE, em diferentes anos. A renovação da frota era muito importante para as RUPs francesas, pois as embarcações atuais não garantiam as devidas condições de segurança a bordo. Deu o exemplo de Maiote, onde além da necessidade de melhorar as condições laborais dos pescadores, também era necessário melhorar as infraestruturas dos portos de pesca. O combate à pesca INN era outro dos desafios das RUPs, principalmente na Guiana Francesa, onde era urgente ter meios de combate à pesca INN. Uma vez mais, a renovação da frota era fundamental para garantir a renovação geracional, a transição energética e a descarbonização. As RUPs francesas eram territórios de grandes dimensões, com diferentes espécies e diferentes pescarias, pelo que a recolha de dados era sempre um grande desafio. A restrição, no acesso à zona das 100 milhas das águas das regiões ultraperiféricas, era muito importante para o desenvolvimento sustentável da pesca costeira e artesanal. Nos acordos entre a CE e as Seychelles, em Maiote, havia permissão para as embarcações de Seychelles pescarem para além das 24 milhas, para garantir que a pesca local pudesse se desenvolver, ao mesmo tempo que, obtinham retorno financeiro desses acordos, para investir no desenvolvimento local. Os critérios referentes à renovação da frota, inclusive o cálculo do estado de equilíbrio da frota, deviam ser revistos, simplificados e adaptados às realidades das RUPs. Deu o exemplo da pesca das RUPs francesas, dependerem das condições climáticas e, por isso, não ser

possível determinar um esforço de pesca constante. A realidade socioeconómica das RUPs era efetivamente diferente das restantes regiões da UE e, por isso, através da partilha de conhecimentos entre os decisores políticos e as partes interessadas, é que seria possível melhorar as políticas públicas.

12. Perguntas e respostas

A Sra. Huguette Bello informou que era necessário mudar os critérios de cálculo da renovação da frota, para que fosse possível a autorização da renovação da frota. Questionou porque motivo Maiote e *La Réunion* não foram consultadas pela Comissão Europeia aquando da interdição do uso de FADs. Questionou qual o futuro dos recursos marinhos no Oceano Índico, uma vez que os estudos científicos indicavam que havia sobrepesca dos recursos, nomeadamente no canal de Moçambique. Afirmou que as quotas de atum estavam a ser reduzidas e que a recolha de dados e o tipo de dados estatísticos divergia de RUP para RUP. A população da Ilha da Reunião tinha direito de consumir pescado local, contudo, muitas embarcações de larga escala pescavam no Oceano Índico, inclusive em Madagáscar, e sobreexploravam os recursos marinhos. Comentou que existiam muitas taxas relativamente às exportações da Guiana Francesa, nomeadamente para a espécie *Lucianos spp. (Lutjanus spp)* e das exportações de Martinica para Guadalupe e que a DGMARE deveria encontrar soluções para as tarifas de importação e exportação entre as RUPs francesas. Muito pescado da Ilha da Reunião tinha que ser importado, nomeadamente do Oceano Atlântico, o que prejudicava a economia local.

O Sr. François Herman, questionou o motivo pelo qual o representante de França, ao contrário de Portugal e Espanha, não tinha referido a aquicultura na sua apresentação. Questionou sobre se França pretendia desenvolver a aquicultura das suas RUPs. Informou que era necessário incentivar o consumo de produtos locais. Deu o exemplo da importação de produtos provenientes do Vietname ter um elevado impacto ambiental - inclusive através da pegada de carbono - e o facto de, ao invés dos produtos locais, estes não cumprirem as normas europeias.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradía de Pescadores de Canarias*) informou que a descarbonização, a renovação da frota, a otimização do desenvolvimento da aquicultura e a implementação de áreas marinhas protegidas eram alguns dos desafios comuns às RUPs. O desenvolvimento do setor das pescas e da aquicultura deveria ser sustentável do ponto de vista social e económico. Informou que, era importante que as partes interessadas e os decisores políticos, tivessem uma boa comunicação e trabalhassem em equipa. A legislação deveria ser devidamente implementada, caso contrário, eram necessários vários anos de negociações para modificar as mesmas. O pescador

artesanal deveria poder pescar nas áreas marinhas protegidas, pois era uma pesca de baixo impacto ambiental.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil (*Comité Régional des Pêches Maritimes et Élevages Marins de Martinique*) agradeceu ao Sr. Nicolas Le Bianic pelo seu bom trabalho, desde as últimas reuniões com o governo local, o ano passado, quando era Diretor do Mar da Martinica. Considerou que havia falta de jovens no setor das pescas e, conseqüentemente, havia dificuldade em garantir o futuro do setor. Em Martinica, existiam vários problemas de poluição, nomeadamente por clordecona, o que afetava os motores e os equipamentos das embarcações locais. Cerca de 80% das empresas de Martinica, preenchiam declarações sobre a quantidade e qualidade das capturas, pelo que considerou que havia recolha de dados na sua Região. Comentou que as embarcações locais estavam muito envelhecidas. Informou que era necessário o Estado Membro Francês dar mais apoio às suas RUPs. Terminou afirmando que a renovação da frota era urgente, pois a vida não tinha preço e era necessário assegurar a segurança no mar.

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l' Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte*) informou que todas as intervenções foram muito frutíferas, contudo era necessário colocar os discursos em prática. Havia muitos problemas em Maiote, inclusive na administração interna. A pesca em Maiote era artesanal e tinha baixo impacto ambiental. A Comissão Europeia e França deviam apoiar a renovação da frota, pois era um tema muito importante para as RUPs. Havia muita pesca ilegal e o Estado Membro Francês deveria controlar a mesma. Muitas embarcações estrangeiras pescavam nas águas de Maiote. Comentou que desde 2014, que pertenciam à União Europeia, contudo as embarcações atuais não respeitavam os regulamentos europeus. Era fundamental cativar as gerações mais jovens, para garantir o futuro da pesca.

O Sr. Gualberto Rita (Federação das Pescas dos Açores) informou que Portugal fazia um grande esforço junto da Comissão Europeia, na defesa da pesca sustentável e seletiva das RUPs portuguesas. Contudo, os pescadores precisavam urgentemente de respostas para os seus problemas. As preocupações dos pescadores das RUPs portuguesas eram transmitidas e compreendidas pelo Estado Membro, contudo a Comissão Europeia continuava a aplicar iguais medidas, para diferentes frotas. Há quatro anos que o CCRUP existia e continuava em debate a necessidade de adotar medidas adaptadas à realidade das RUPs. Através de várias recomendações do CCRUP, os pescadores das RUPs transmitiam a especificidade das suas pescas e solicitavam apoios para a renovação da frota. Reforçou que eram necessários os pescadores obterem respostas às suas preocupações, para garantir a continuidade do setor.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) informou que o objetivo do CCRUP era aproximar as partes interessadas dos decisores políticos e dar a conhecer a realidade das RUPs. As questões do

mercado, estavam relacionadas com os interesses políticos e geoestratégicos de cada Estado Membro, contudo deveria ser considerada a centralidade dos recursos e as necessidades das populações locais. A renovação da frota iria assegurar a eficiência energética e atrairia novas gerações para desenvolver a pesca. Nas RUPs portuguesas havia uma grande disputa pelo espaço marítimo. Havia um aumento das áreas marinhas protegidas que, muitas vezes, eram delineadas com escassa informação científica e sem consultar o setor das pescas. A transição energética deveria acontecer, contudo, era um processo longo e o setor não podia ficar à espera. Deu o exemplo da realidade da frota de Maiote, onde era fundamental renovar as embarcações e devia ser uma das prioridades da CE. O Sr. Leonard Ragnauth reportava que a realidade da Guyana Francesa era semelhante à realidade de Maiote. A frota da Madeira, dedicada à captura de peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) também precisava de ser renovada. As políticas públicas deveriam dar respostas às necessidades das RUPs. O CCRUP era importante para transmitir conhecimento empírico e elaborar recomendações, que servissem de base central às políticas públicas a implementar.

O Sr. José Blanco (*Federación Provincial de Cofradía de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife*) concordou com as anteriores intervenções. Nas reuniões de Assembleia Geral do CCRUP, o debate era essencial para que as RUPs expusessem as suas especificidades e questões. Segundo o Regulamento 1380/2013 existiam três bacias oceânicas associadas às RUPs: o Atlântico, o Índico e as Caraíbas. Questionou qual a possibilidade de haver mais colaboração entre as RUPs, nomeadamente em termos de impostos e importações.

O Sr. Miguel Herrera (*Organización de Productores Asociados de Grandes Atuneros Congeladores - OPAGAC*) informou que existiam objetivos comuns a todas as organizações e que era importante elaborar recomendações com base nesses objetivos. O atum era uma espécie altamente migratória. A CE era apenas uma parte, de entre muitas, as que participavam nas reuniões das organizações regionais de gestão das pescas (RFMOs) e, por isso, era importante que as opiniões transmitidas nessas reuniões fossem o mais coesas possível. Todas as RFMOs tinham Comités Científicos que avaliavam o estado de conservação das unidades populacionais dos atuns. O conceito de sustentabilidade estava relacionado com o facto de os recursos serem explorados, em cumprimento com as medidas que mantêm o bom estado de conservação das unidades populacionais. Considerou que todas as partes envolvidas nas RFMOs, deveriam cumprir as medidas implementadas, pois tinham impactos tanto nas possibilidades da pesca industrial, quanto da pesca artesanal. Informou que era importante continuar a colaborar com o CCRUP para atingirem soluções para problemas comuns.

A Sra. Charlina Vitcheva referiu que todos os que estavam presentes na reunião se importavam com as RUPs. Solicitou que todas as partes interessadas transmitissem o máximo de conhecimentos

possível, para que as medidas elaboradas e implementadas fossem para o benefício e proveito de todas as partes envolvidas. Relembrou que desde 2018, a CE autorizava que os apoios estatais pudessem ser utilizados para a renovação da frota das RUPs. Todavia, a transparência de dados, nomeadamente dados científicos, era fundamental. A renovação da frota era aprovada, desde que fosse comprovado que a frota estava em equilíbrio. Solicitou que os Estados Membros utilizassem os fundos europeus, nomeadamente do FEAMPA, para resolver os seus problemas inclusive na recolha de dados, ao invés de devolverem o dinheiro. Em março de 2023, as diretrizes dos apoios estatais foram revistas. Atualmente havia uma maior abrangência das áreas onde os apoios estatais podiam ser aplicados. Os apoios estatais já podiam ser utilizados em áreas como a bio-eficiência energética. A capacidade de pesca da frota não podia aumentar, pois esse aumento levaria à sobre-exploração dos recursos marinhos e, conseqüentemente, à sua escassez. Comentou que a Ilha da Reunião não teria o atual nível de desenvolvimento se não pertencesse à UE. A equipa da CE trabalhava várias horas por dia para responder com a maior brevidade possível, contudo alguns temas envolviam grandes negociações e a sua solução era mais demorada. A CE estava a rever as propostas para o regulamento de *minimis*, em conjunto com os Estados Membros. Informou que as embarcações de países terceiros não podiam pescar dentro das 24 milhas das regiões, tanto periféricas como ultraperiféricas e que as embarcações envolvidas nos acordos, dedicavam-se à pesca de espécies migratórias, como os atuns. Os países terceiros tinham acordos de sustentabilidade pesqueira, para benefício de ambas as partes envolvidas: O dinheiro obtido com os acordos de pesca, eram destinados ao desenvolvimento local. Informou ainda que a CE também tinha acordos para a sua frota poder pescar em Madagáscar. Lembrou que as RUPs tinham direito a várias exceções, inclusive no FEAMPA, e podiam renovar a frota desde que não aumentassem a potência da embarcação. Considerou que o conhecimento era a principal ferramenta para atingir o sucesso. A inovação era essencial para auxiliar o desenvolvimento dos setores relacionados com o mar. Na UE havia uma tarifa de exportação comum, que era aplicável a todas as regiões da Europa, inclusive às RUPs. A CE tinha que ter em conta os interesses de várias partes interessadas, inclusive os pescadores, a indústria de processamento e os consumidores, o que nem sempre era uma tarefa fácil. Nas importações europeias, cerca de 70% correspondiam a produtos do mar. A CE estava a elaborar um guia para os Estados Membros saberem quais os fundos que poderiam utilizar para a descarbonização do setor das pescas. Esclareceu que, como os fundos europeus eram limitados, era necessário haver regras. Deu o exemplo das embarcações maiores de 24 metros não serem abrangidas pelos apoios à renovação da frota. Explicou que, as embarcações maiores de 24 metros poderiam, mais facilmente, ser rentáveis e ter autofinanciamento. O setor privado também devia ter responsabilidades. Mostrou disponibilidade para esclarecer questões.

O Sr. Eric Banel, informou que a França estava empenhada em melhorar as condições das suas

RUPs e, neste momento, estavam a trabalhar na melhoria da recolha de dados. Era necessário encontrar todas as soluções possíveis e trabalhar sobre as definições e critérios dos regulamentos para adaptar à realidade das RUPs. Os FADs ancorados não tinham os mesmos desafios que os derivantes (dFADs). Defendeu que os pescadores também deveriam utilizar os FADs, como auxílio na pesca artesanal. Relativamente à transição energética, era necessário encontrar soluções tecnológicas com todos os tipos de frota. Mencionou que havia uma *Startup* francesa a trabalhar em possíveis soluções para permitir a transição energética, que depois poderiam ser implementadas. Informou que durante a tarde iriam visitar uma empresa de aquicultura, que também era um setor importante. Concordou que os produtos locais tinham que ser valorizados. O Estado Membro francês, juntos das RFMOs e da CE, discute as melhores regulamentações e apresenta dados de investigação e controlo de pesca, para combater a pesca INN. Informou que, durante os próximos dias de reunião, estava disponível para conversar com as partes interessadas.

A Sra. Teresa Coelho, referiu que as questões do mercado eram muito importantes. Em Portugal havia uma empresa que geria lotas e postos de vendas (DocaPesca). Também concordou que o pescado local devia ser valorizado. Diariamente a Docapesca fornecia dados à Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) que, posteriormente, eram transmitidos à CE. O Estado Membro Português estava a melhorar o sistema de recolha de dados da pesca, em conjunto com as partes interessadas e os governos regionais. Era necessário sensibilizar os pescadores para o facto de que não era preciso pescar muito, mas sim melhor. As novas atividades no mar deviam co-existir com a pesca, as diferentes áreas governativas estavam a trabalhar na melhoria da participação das partes interessadas. Deu o exemplo de, sempre que existia um projeto de aquicultura, o governo e as autarquias locais apresentavam o projeto ao setor da pesca, às empresas marítimo turísticas e todas as empresas que tivessem atividades de interesse no local de implementação do projeto. Explicavam os benefícios dos projetos para a região. Informou que o governo português recomendava às empresas de aquicultura que, sempre que possível, integrassem os pescadores nos seus projetos, para haver mais benefícios para todas as partes. Havia falta de mão de obra no setor da pesca e falta de formação, o que prejudicava a renovação geracional do setor. De todos os formandos na pesca, apenas 43% continuavam a trabalhar no setor.

A Sra. Isabel Artime, informou que, em termos ambientais, sociais e económicos, a política comum de pesca tem contribuído para a frota europeia ser das mais sustentável. Contudo, ainda existiam vários desafios por resolver, como: a descarbonização, a renovação geracional, a renovação da frota, a melhoria das condições laborais e inclusive as infraestruturas nos portos de pesca. O Estado Membro espanhol participa nas reuniões das RFMOs e defende o controlo das pescas nessas zonas de pesca, para que todas as frotas tenham acesso às mesmas condições. Outro dos desafios atuais era a competição pelo

espaço marítimo. A pesca era uma atividade tradicional e deveria coexistir com outras atividades marítimas. Muitas das soluções para o setor da pesca e aquicultura, advinham do diálogo com as partes interessadas. Mostrou o seu apoio ao CCRUP e encorajou para que continuasse com o seu trabalho.

A Secretária-Geral agradeceu a todos os presentes e, em particular, à Sra. Soumeya Djaffar (*Comité Régional des Pêches Maritimes et Élevages Marins de la Réunion*), ao Sr. Ludovic Courtois (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) e ao Conselho Regional de La Réunion, pelo apoio à organização das reuniões.

Outros Assuntos

Não havendo mais intervenções nem pedidos de palavra, o Sr. François Herman deu por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.